



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA JOYCE SALES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA LIBERTADORA:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA
ECIT PROFESSOR ANTONIO GOMES (BAYEUX – PB)**

**JOÃO PESSOA
2024**

MARIA JOYCE SALES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA LIBERTADORA:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
NA ECIT PROFESSOR ANTONIO GOMES – BAYEUX – PB.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado a Coordenação do Curso de
Pedagogia da Universidade Federal
Paraíba como requisito complementar
para obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia, sob orientação do professor
Dr. Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira.

João Pessoa, PB.
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Maria Joyce Sales da.

A educação como prática libertadora: reflexões sobre a educação de jovens e adultos na ECIT professor Antonio Gomes - Bayeux - PB / Maria Joyce Sales da Silva. - João Pessoa, 2024.

57 f. : il.

Orientação: Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Pedagogia Freiriana. 3. Ensino - aprendizagem. I. Pereira, Vanderlan Paulo de Oliveira. II. Título.

UFPB/CE

CDU 374.7(043.2)

MARIA JOYCE SALES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA LIBERTADORA:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
NA ESCOLA ESTADUAL PROF. ANTONIO GOMES – BAYEUX – PB.**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

FOLHA DE APROVAÇÃO

**Prof. Dr Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira
ORIENTADOR**

Documento assinado digitalmente
 **VANDERLAN PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA**
Data: 03/07/2024 09:21:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Suelídia Maria Calaça
EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva
EXAMINADOR**

João Pessoa
2024

Dedico aqueles que vêm me apoiando ao longo da vida facilitando a minha caminhada acadêmica. Agradeço de forma especial aos meus pais Maria de Fátima Sales Matos da Silva (*in memoriam*) e Adjair Francisco da Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor Jesus na Santíssima Trindade por ter me sustentado durante a caminhada acadêmica mesmo diante das adversidades me proporcionando oportunidades para ampliar meus conhecimentos na área de educação ao qual já estava escrito desde minha concepção.

Agradeço aos meus pais que contribuíram para o meu desenvolvimento desde os primeiros cuidados, durante os anos iniciais escolares até o presente momento, me ofertando as melhores oportunidades de conhecimento educacional e social aos quais me incentivaram e apoiaram a continuar estudando em busca dos meus ideais.

Agradeço aos meus professores que somaram em cada etapa da minha aprendizagem escolar, desde os primeiros traços até a formação concreta de ideias críticas reflexivas. Sou grata aqueles que estiveram comigo mobilizando experiências, conselhos e instruções que sempre estará em minha memória. Agradeço a primeira Instituição Mãe de Misericórdia que fui inserida para o início da vida escolar, que me receberam na fase de desenvolvimento mais desafiadora que é a educação infantil, estimulando o brincar como artefato primordial na minha formação. Agradeço também a escola EMEF Maria José Pinto de Lima na equipe educacional que mobilizaram uma educação de qualidade em meio aos desafios existentes na escola pública.

Agradeço a Adriana Costa e todos aqueles que fazem parte da Secretaria de Educação do Município de Bayeux, por ter estendido as mãos para contribuição e execução dessa monografia.

Agradeço ainda a toda a equipe dirigente da Escola Cidadã Antônio Gomes que me acolheu durante a pesquisa.

Agradeço aos meus familiares que somaram nessa jornada e foram suporte, me impulsionando no momento da perda da minha mãe em fase inicial do curso e pós período pandêmico para que eu pudesse concluir essa etapa da minha vida.

Agradeço a minha madrinha Cleice Rocha que me introduziu nos primeiros contatos na área educacional, companheira fiel ao qual também foi colega de trabalho e me fez aprender muito com sua didática e a sua irmã Milane Rocha que lapidou minhas ideias ainda em fase de pré-projeto.

Agradeço, de forma especial, a minha amiga Raíssa Barros, que esteve me norteando em cada etapa do curso.

Agradeço ao meu namorado Elton Clean que me auxiliou na construção de algumas estruturas do presente trabalho, como também me impulsiona e proporciona suporte emocional, estando sempre disposto a contribuir.

Agradeço em especial ao meu orientador Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira que foi um enviado do Senhor para a conclusão dessa etapa, deixando o percurso leve e satisfatório, que compreendeu minha proposta de pesquisa desde das primeiras ideias, me fazendo admirar ainda mais a Educação de Jovens e Adultos voltando o olhar para a educação na cidade de Bayeux.

Todos vocês contribuem para minha formação.

“Na verdade, só os oprimidos podem conceber um futuro completamente diferente de seu presente, na medida em que alcançam a consciência da classe dominada.”

PAULO FREIRE
Pedagogia do Oprimido.

RESUMO

Ao refletir sobre as práticas desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos, na Escola Cidadã Integral Professor Antônio Gomes, no município de Bayeux (PB), percebe-se a necessidade de aprofundar a reflexão sobre o alcance da perspectiva filosófica e educacional de Paulo Freire em sua relação com o domínio da leitura, o desenvolvimento da escrita, sua articulação com novos saberes e sua função sócio transformadora. A pesquisa tem por objetivo desenvolver a reflexão teórica, a observação em sala de aula, e análise do cotidiano escolar com seus diversos agentes educacionais. De cunho qualitativo, bibliográfico e utilizando a pesquisa de campo como ações metodológicas para embasamento da pesquisa. Tais experiências revelam a existência dos sujeitos da EJA, as lacunas no processo de produção, partilha do conhecimento e a necessidade da efetivação de um projeto político-pedagógico para o desenvolvimento dos estudantes em suas várias etapas de aprendizagem. Os resultados mostram que a ofertada organizacional da educação de jovens e adultos está diretamente ligado a estrutura gestão escolar desde as condições para desenvolver a aprendizagem dos adultos como também manter esses sujeitos no ambiente escolar para assim relacionar aprendizagem com desenvolvimento social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos – Pedagogia freiriana – Ensinoaprendizagem

ABSTRACT

Historically, adults from the lower classes have faced many difficulties in continuing their studies and deepening their knowledge. For centuries, Brazil neglected the education of young people and adults as a transformative activity. From the 20th century onwards, Social Movements, NGO initiatives (Non-governmental Organizations) and Churches emerged that promoted educational practices and literacy campaigns. Thus, Youth and Adult Education (EJA) practices constitute an important layer in the field of reflection on pedagogy and history. When reflecting on the practices developed at EJA, at the Escola Cidadã Integral Professor Antônio Gomes, in the municipality of Bayeux (PB), one realizes the need to deepen the reflection on the scope of Paulo Freire's philosophical and educational perspective in his relationship with the mastery of reading, the development of writing, its articulation with new knowledge and its socio-transformative function. The research develops theoretical reflection, classroom observation, and analysis of daily school life with its various educational agents. Such experiences reveal the existence of EJA subjects, the gaps in the production process, sharing of knowledge and the need to implement a political-pedagogical project for the development of students in their various stages of learning.

Keywords: Youth and Adult Education – Freirean Pedagogy – Teaching-learning

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

EJA – Educação de Jovens e Adultos

MCP – Movimento de Cultura Popular

ECIT – Escola Cidadã Integral e Técnica

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação e Competência de Jovens e Adultos

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação

ECIT – Escola Cidadã Integral e Técnica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. METODOLOGIA	18
2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	18
3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DA COLÔNIA AOS NOSSOS DIAS.....	19
3.1. A história da educação dos adultos no Brasil: Período Colonial e Imperial	19
3.2. O surgimento da República e a educação de jovens e adultos.	22
3.4. A educação de jovens e adultos: formando para a democracia ou para o mercado?.....	29
4. CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	29
4.1. Paulo Freire e a experiência do Movimento de Cultura Popular do Recife.....	29
4.2. Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido	31
4.3. Paulo Freire e a experiência de Angicos.....	34
4.4. Paulo freire e a Pedagogia da Esperança.....	37
4.5. Paulo freire e a Pedagogia da Autonomia.....	38
5. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ECIT PROF. ANTONIO GOMES.	44
5.1. A Educação de jovens e adultos na cidade de Bayeux.....	44
5.2. Os estudantes da EJA na Escola Cidadã Integrada Antonio Gomes.	47
5.3. Desafios da EJA a partir da Escola Estadual Antonio Gomes.....	50
5.4. A atuação das professoras da EJA	52
5.5. REFLETINDO SOBRE A ECIT ANTONIO GOMES	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

A história da pesquisa em educação de jovens e adultos

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988, a educação é direito de todos e dever do estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Constituição, 1988).

Todavia, o poder público falha perante a oferta da educação no país, conforme o instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) divulgou dados da pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNAD) onde ficou registrado no país mais de 11 milhões de pessoas não alfabetizadas, com faixa etária de 60 anos ou mais, residentes da região nordeste, além disso no estado da paraíba mais de 13% das pessoas maiores de 15 anos não foram alfabetizadas. (BRASIL, 2020)

Considerando as lacunas existentes na modalidade educacional para Jovens e Adultos, o presente estudo pretende analisar as práticas dos sujeitos que compõe a Educação de Jovens e Adultos através das coletas de dados da Escola Estadual Professor Antônio Gomes, no bairro do Mario Andreazza na cidade de Bayeux somando com o acesso a livros e documentos por meio da biblioteca virtual, dados, dissertações e artigos.

O lócus da pesquisa será a Escola Estadual Professor Antônio gomes na cidade de Bayeux, onde tomaremos como objeto de estudo, as práticas desenvolvidas na EJA, o perfil dos alunos, e a estrutura organizacional para receber esses alunos no ambiente escolar para que possamos compreender o processo de formação que é ofertado para esses jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade apropriada, como também se existe práticas que permita-os adquirirem pensamento crítico-reflexivo, com o objetivo de ir além das práticas de alfabetização transformando a formação da EJA em uma prática libertadora.

É notório que a educação de jovens e adultos mantém identidade própria e é reconhecida como um direito garantido por lei possuindo diretriz curricular nacional de acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 partindo de três dimensões equalizadora, reparadora e qualificadora que devem ser colocadas em

conjunto, mas ainda é uma questão educacional a ser enfrentada pela esfera governamental.

A atuação docente na instrução de jovens e adultos é pouco valorizada, não possuindo base estrutural quanto aos conteúdos e ficando a critério da unidade escolar a proposta pedagógica que será utilizado pelos professores além do alto índice de evasão escolar nessa modalidade.

Sendo assim, faz-se pertinente ampliar o olhar sobre a EJA e difundir que essa fase de ensino seja considerada como processo de conhecimento tanto quanto o ensino regular diurno. Além disso, instruir os professores para que formem estudantes autônomos perante suas práticas e vivências cotidianas, estimulando as potencialidades dos indivíduos no convívio social, efetivando o ambiente escolar como um mecanismo contra a submissão, ampliando as experiências de mundo e seu preparo para exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

O direito dos jovens e adultos é uma pauta do debate a nível mundial, na Declaração de Hamburgo no ano de 1997 durante a V Conferência Internacional da Educação de Adultos (CONFITEA) foi estabelecido que a educação para adultos é para além de um direito, é uma condição justa para uma plena participação social.

O interesse sobre a temática destacada nasce através das vivências no Programa de Licenciatura (PROLICEN), ofertado pela Universidade Federal da Paraíba para o Curso de Licenciatura em Pedagogia e Pedagogia do Campo do Centro de Educação, *campus I*, ao qual teve por objetivo proporcionar aos acadêmicos a oportunidade de desenvolver a alfabetização, leitura e a escrita dos alunos da Educação de Jovens e Adultos numa escola estadual de João Pessoa, oportunizando a extensionista conhecimento quanto as práticas docentes, a realidade escolar e a estrutura da educação de jovens e adultos, as lacunas existentes na formação dos alunos da EJA, o perfil desses alunos como também desenvolver competências profissionais.

Assim, a experiência proporcionou, concomitantemente, o contato com os alunos da EJA que evidenciaram a busca pelo domínio das competências de leitura e escrita, visto apresentavam dificuldades no domínio da leitura e da escrita e por consequência em atividades cotidianas, como por exemplo o manuseio do aparelho celular, caixa eletrônico, identificação da linha de ônibus e reconhecimento dos seus direitos no exercício do seu trabalho da mesma forma que foi possível observar a atuação dos

professores quanto ao ensino na educação de jovens e adultos, uma vez que é recorrente a infantilização nas atividades abordadas em sala de aula e o modo de tratamento com esses alunos.

A política nacional de educação para as pessoas que não concluíram o ensino básico na idade regular, ocorre desde a década de 1940 através da Constituição Federal de 1934 que colocou o ensino como obrigatório e gratuito.

No ano de 1947 houve implementação da oferta do ensino para adultos, mas até os dias atuais a organização de ensino para jovens e adultos é inviabilizada, por desafios diversos, logo faz-se necessário explorar essa temática para que haja visibilidade e assim ser proporcionado melhores condições quanto a oferta do ensino como também ampliação do reconhecimento dos profissionais da educação que atuam com esse público, a exemplo de formação com ênfase nessa modalidade de ensino para melhor desenvolvimento e trabalho com os sujeitos, mobilizando conhecimentos para além da alfabetização e considerando a vivência em sociedade, os conhecimentos prévios já existentes e a conscientização da população para que ocupem o ambiente escolar mesmo estando fora da idade referente.

No presente estudo, serão analisados documentos através da coleta de dados na ECIT Antônio Gomes, no município de Bayeux a partir do arquivo presentes nessa instituição. A cidade de Bayeux está localizada na grande João Pessoa, compartilha de diversos problemas do mundo urbano e dificuldades no campo educacional. A partir da experiência da Escola Cidadã Integral Técnica Antônio Gomes serão verificadas a questão estrutural desse ensino que vem sendo ofertado como também a contribuição para a permanência desse grupo de aluno.

2. METODOLOGIA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A característica prática do estudo envolve o procedimento de pesquisa descritiva com abordagem qualitativa tendo em vista a observação para coleta de dados e reflexões metodológicas por meio da análise de dados considerando as diretrizes e documentos da escola, as práticas efetuadas na EJA que serviu como

comparativo sobre as propostas abordadas nas obras literárias freirianas para a educação de adultos.

GIL (1986) ressalta que, as pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, uma das características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

A pesquisa acontece seguindo a abordagem qualitativa, uma vez que surgem diante das Ciências Humanas e Sociais visando analisar fenômenos humanos, referindo-se a pesquisas etnográficas, fenomenológicas, análise do discurso entre outras formas de análises.

Através dessa abordagem, é possível compreender e analisar a realidade social que os indivíduos estão inseridos, através das suas ações postos como fonte de observação para a pesquisa.

Nesse sentido, Fiorentini e Lorenzato (2006) destaca que o pesquisador frequenta os locais onde os fenômenos ocorrem naturalmente. Por isso, através da observação as reflexões e análises podem ser concluídas de modo convergente ou divergente quando associado as contribuições freirianas para amplo desenvolvimento da educação para adultos.

Guba e Lincoln (1981) apresentam uma série de vantagens para o uso de documentos na pesquisa ou na avaliação educacional. Em primeiro lugar destacam o fato de que os documentos constituem uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, os documentos, podem ser consultados várias vezes e inclusive servir de base de diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos.

Conforme Gil (2008, p. 103) a observação participante é uma técnica a qual envolve a participação direta do pesquisador no cotidiano de uma determinada comunidade, grupo ou situação. Somando a isso, o pesquisador atua como membro do grupo que está sendo estudado, conhecendo sobre a vivência estando inserido nela.

3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DA COLÔNIA AOS NOSSOS DIAS.

3.1. A história da Educação dos Adultos no Brasil: Período Colonial e Imperial

A educação no Brasil, durante sua construção passou por diversas reformulações até a estrutura que conhecemos atualmente, ofertando um ensino público, gratuito e laico, durante essa trajetória muitas lacunas somaram para a defasagem no ensino.

No Período Imperial a educação formal ganha visibilidade sendo instituída pela Constituição Política do Império do Brasil, no dia 25 de março de 1824 garantido no artigo 179º *“instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”*. Inicia-se uma trajetória de promoção a oferta da educação brasileira como direito de todos, gratuidade e preparo para o pleno desenvolvimento de todos os cidadãos.

Desse modo, em 15 de outubro de 1827 é instaurada uma nova lei, que se torna obrigatório a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

Contudo, as escolas que possuísem baixo número de alunos seriam extintas pelos presidentes das províncias, relocando os professores para locais mais populosos onde atendessem uma demanda maior de alunos, tendo como uma das práticas, o ensino mútuo e os localizando nas capitais das províncias, cidades e vilas que tivessem número suficiente de pessoas. As escolas eram divididas entre os grupos de meninas e meninos onde o presidente do conselho estabelecia as necessidades para a oferta das instruções.

No ano de 1831, o Ministro do Império Lino Coutinho relatou através de uma carta a precariedade no ensino que estava sendo ofertado por parte das províncias, destacando a falta de administração de qualidade e fiscalização nas práticas das atribuições, entre os destaques foi pontuado a eficiência do ensino mútuo como uma das formas de instrução, a formação em curto prazo para os tutores e o uso de recursos próprios para a oferta do ensino, determinação dos conteúdos por parte do império para o exercício das regências, pondo o ensino da leitura limitada na constituição imperial e na história do Brasil, havia também segregação entre os gêneros sexuais e aplicação da moral cristã pautada na Igreja Católica Apostólica Romana.

Nesse mesmo contexto destacam-se os baixos salários dos profissionais em exercício, descaso quanto aos recursos didáticos e espaços onde aconteciam as aulas. Para a atuação da professora definido que aqueles que não possuísem formação para o ensino, seria necessário buscar em curto prazo conhecimentos para exercer o trabalho, sendo custeado por conta própria.

Em seguida, 1835 é implantado a primeira escola normal no Brasil, localizada em Niterói no Estado do Rio de Janeiro, ganhando espaços no ano seguinte em outras cidades, que teve como perspectiva a formação de profissionais para exercício da docência.

No ano de 1854, é instaurado o decreto que estabelece a reforma do ensino primário e secundário regulamentada pelo Ministro do Império Couto Ferraz, pois estava sendo frequentemente discutido entre pensadores, na imprensa, em conferências públicas e nas sociedades que visavam propagar a educação para as classes populares a relevância de ofertar instruções para esses sujeitos além disso tinham o interesse em unir o sistema governamental com a população.

Ainda nesse período, continuou havendo limitações quanto ao acesso pleno ao ensino primário e secundário pois mesmo a educação sendo de oferta pública, havia restrição para o acesso dela, por isso apenas homens livres poderiam está no espaço escolar, restringindo a oferta de ensino mesmo para a classe popular. Vale ressaltar, que os homens tidos como livres permaneciam dependentes da nobreza.

Freire (1948) destaca que, toda pessoa tem direito à liberdade e às oportunidades, libertando-se do opressor que o habita. Diante dessa perspectiva freiriana, compreendemos que apesar do direito instituído na época, não havia oferta e fiscalização para que todas as pessoas tivessem acesso a instrução primária, pois os espaços educacionais eram restritos.

A escravidão no Brasil, ocasionou muitas lacunas na formação social e educacional. Destacando o desenvolvimento educacional no país, consideramos que desde as primeiras organizações institucionais que estruturam o setor educacional, a população trabalhadora era posta a margem da sociedade pois mesmo com o fim da escravidão, o acesso à cultura letrada tinha acesso limitado as questões de classe social.

Na atribuição do trabalho, os tutores¹ deveriam ensinar leitura utilizando a Constituição do Império que institui a História do Brasil, Escrita, Gramática da Língua

¹ Tutores: pessoa que desenvolvia o cargo de acompanhar o aluno no processo de alfabetização.

Nacional, Noções Matemáticas e Princípios Cristãos voltados para a doutrinação da Igreja Católica Apostólica Romana tendo como público alvo para essa formação os meninos.

Destacado no Artigo 12º da Constituição Vigente do Período, “ *As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.*”

A questão social é apreendida por Ianni como o “fermento mais importante da transformação social brasileira” (2004, p.105).

No ano de 1872, foi constatado que mais de 80% da população com mais de cinco anos de idade era analfabeta, no mesmo ano a escolarização torna-se então compromisso público, descentralizando as responsabilidades das cidades, visando promover alfabetização e participação social para a sociedade.

Com isso, visando atender a demanda da classe trabalhadora, foram criadas as classes noturnas as quais tinha como intuito a instrução de primeiras letras, limitada ao ensino de leitura e escrita para que os sujeitos pudessem desenvolver tais habilidades e assim serem inseridos nas aulas das matérias.

Ademais, teoricamente as reformas educacionais eram instituídas para combater o analfabetismo, mas na prática o ensino ofertado mostrava a classe trabalhadora o conceito hierárquico existente, visto que a educação popular era colocada à margem da sociedade, sendo o sujeito analfabeto visto como vergonha nacional. A perspectiva das lutas era ofertar aos estudantes a ampliação de oportunidades para o exercício da cidadania.

O conceito hierárquico enfatizado pela elite evidência o controle sobre a classe popular, pois a intervenção do Estado acontece de modo estrutural, uma vez que a educação de modo geral continua sendo ofertada em situação precária, não formalizado e com estrutura mínima. Por essa razão, os anarquistas e socialistas² lutavam por uma escola para todos, laica e gratuita pelo estado.

² Anarquistas: Estratégia revolucionária que busca criticar o sistema de dominação através de um sistema de autogestão para promover a transformação da sociedade.

Socialistas: filosofia política, social e econômica que abrange uma gama de sistemas econômicos e sociais caracterizados pela propriedade social dos meios de produção.

Os resultados desse processo de instauração educacional não foram qualitativos, pois a população brasileira continuava marcada por altos índices de analfabetismo e precarização do ensino quando comparado a países de primeiro mundo.

3.2. O SURGIMENTO DA REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Durante a Primeira República (1889-1930), movimentos sociais, pensadores e partidos políticos refletem sobre a necessidade de práticas educacionais articuladas a grupos e classes sociais provenientes do mundo do trabalho.

Nesse sentido, o debate sobre o combate ao analfabetismo na vida adulta torna-se cada vez mais presente no contexto social, uma vez que nesse cenário ganha ênfase os profissionais que atuam diretamente com a educação, ampliando o olhar sobre a estrutura escolar e a qualidade de ensino que vem sendo ofertado.

No ano de 1915, surge a liga brasileira contra o analfabetismo, esse movimento tinha como intuito agrupar os poderes governamentais, a nível federal, estadual e municipal em convergência com a população para comemorar a oferta da alfabetização que estava sendo proposta para a população, mas ainda havia uma busca para combater os índices de analfabetismo existente no país.

A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, promoveu a disseminação da leitura e o domínio da técnica, reconhecendo a ausência de ações que promovessem a população o estímulo a leitura, por isso a proposta de base da liga era sustentar ações cotidianas que estimulasse a população a leitura.

A partir das práticas de ampliação do conhecimento aos trabalhadores, surge movimentos sociais reivindicacionistas. Nesse período, destaca-se o movimento anarcossindicalista de São Paulo que, em meio as mobilizações que resultaram na Greve Geral de 1917, exigiam a redução da jornada de trabalho, o respeito aos trabalhadores, a ampliação dos direitos políticos e sociais, férias, aposentadoria, indenizações, licenças-maternidade e uma educação universal, pública e gratuita. As reivindicações ocorridas pelos movimentos sociais, evidenciam que a classe popular não possui reconhecimento quanto as condições de qualidade de vida, por isso através do Movimento Operário o Ministério do Trabalho ampliou os direitos dos

trabalhadores como também expandiu a educação para adultos associando o trabalho com a moral.

3.3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: FORMANDO PARA A DEMOCRACIA OU PARA O MERCADO?

No ano de 1930, no período conhecido como Era Vargas que tinha a frente do governo do país o então presidente Getúlio Vargas, a educação começou a ganhar uma estrutura centralizada e nacionalizada, considerando que o sistema público tinha total responsabilidade para a oferta de ensino no país.

A criação do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde (1930), tinha a intencionalidade de efetivar um sistema de ensino centralizado e nacionalizado, as contribuições autoritárias do gestor ao qual estimulava os jovens a seguir carreira militar e era contra os movimentos educacionais somavam para tais medidas serem firmadas. O Movimento dos Pioneiros (1932) tinha como objetivo unificar e sensibilizar o governo por meio dos documentos para a implantação de medidas de uma educação voltada para o desenvolvimento cívico militar, posteriormente tendo apoio do governo e de pensadores como escritores, sociólogos, educadores, médicos, empresários, jornalistas entre outros.

Os meios de comunicação ganham notoriedade regulamentada pelo governo vigente, para agir como instrumento capacitador para a população partindo de uma concepção de uma educação patriota e centralizada na nacionalidade.

Através do decreto da Constituição Federal de 1934, ao qual reforça a gratuidade na oferta do ensino e obrigatoriedade na frequência escolar, pela primeira vez a educação de adultos no país é evidenciada como um campo de responsabilidade individual por meio do poder público, pois até então não se pontuava como uma oferta de ensino específica que demandava particularidades.

O plano de governo de 1934, na Era Vargas, traz o debate sobre a educação como “direito de todos e dever do estado”, fixando a coordenação e fiscalização do ensino para o governo, responsabilizando os municípios e estados para a efetivação e disseminação do conhecimento.

As lutas por uma educação de qualidade continuam resistindo, por isso na década de 1940, com a força dos movimentos sociais e educadores a educação brasileira

continua sendo colocada em pauta, visando buscar melhorias quanto as práticas formativas e de estruturação.

Com o fim do Estado Novo, em 1946 a democracia toma espaço na política nacional. O ensino primário ganha uma política pública, a criação do fundo nacional do ensino primário e as campanhas educacionais como a campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), campanha Educação Rural (CNER) e a campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, proporcionam notoriedade para as questões educacionais na estrutura nacional, buscando capacitar profissionais e alfabetizar a massa.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) cooperaram para a disseminação das campanhas educacionais e na melhoria das políticas públicas de educação no contexto democrático.

O Primeiro Congresso Nacional acontece no ano de 1947 tendo como pauta a escola como instrumento de transmissão do conhecimento, ou seja, legitimando o ambiente escolar como espaço que possibilite, potencializar o saber, para estruturar pessoas críticas e que tenham domínio da técnica de leitura e escrita.

Somente, no ano de 1947 foi instituída as primeiras políticas públicas destinadas a Educação de Jovens e Adultos, pois através das campanhas nacionais da educação houve a oferta de alfabetização para os sujeitos constituintes da sociedade.

A partir disso, podemos destacar a Educação de Adultos ocorre como uma reparação pela falta de estrutura no ensino regular. Até então, o adulto não-escolarizado era percebido como um ser imaturo e ignorante, que deveria ser atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária, percepção esta que reforçava o preconceito contra o analfabeto (Paiva, 1973, p. 209).

A criação das escolas supletivas, buscou reparar aqueles que não tiveram acesso à escola na idade adequada, sendo assim os sujeitos que formam a EJA teriam a oportunidade de elevação moral e intelectual inserindo os trabalhadores na sociedade moderna, essa ampliação do conhecimento resulta em expansão no número de eleitores, uma vez que de acordo com a constituição os analfabetos não poderiam votar.

No ano de 1950, ocorreram diversas críticas relacionadas a proposta da educação de adultos e a deficiência administrativa nessa modalidade. Por isso, foi evidenciado que

seria necessária reformulação nas propostas educacionais instauradas. Os trabalhadores continuavam limitados quanto a funcionalidade social e ocupando a categoria de margem.

O segundo Congresso Nacional da Educação de Adultos, aconteceu no ano de 1958, na cidade do Rio de Janeiro e tinha como objetivo de debate, as ações realizadas nas propostas de analfabetismo, além de enfatizar a necessidade de um novo método pedagógico, romper preconceitos existentes para com os grupos de analfabetos.

Contudo, o educador revolucionário Paulo Freire ganha destaque através do modo efetivo da adequação de um método educativo que se adaptasse a cada região do país, reorganizando a compreensão dos alunos por meio das vivências que se tem acesso, estruturando assim a educação popular e a alfabetização reformulando o pensamento populacional sobre as práticas pedagógicas no processo de alfabetizar. Em 1960, com influência freiriana começou a ser estruturado o Movimento de Cultura Popular na cidade de Recife que lutava pela oferta do ensino para a população pobre, proporcionando acesso à cultura. O movimento de educação de base, atuava por meio dos rádios no interior do país, e nas grandes cidades a educação recebia contribuição da igreja católica que estava à frente do Movimento de Educação de Base e somava com a educação popular.

Além disso, ocorre institucionalização das práticas de alfabetização do educador Paulo Freire que visava através do seu projeto alfabetizar por meio do cotidiano da classe trabalhadora, na carga horária de 40h, firmando expansão dos direitos à cidadania e efetivação das políticas públicas de redução do analfabetismo no país.

Freire implementou as práticas das palavras geradoras que tinha como objetivo utilizar objetos do cotidiano para estimular a leitura e escrita, quebrando as perspectivas sobre alfabetização de adultos, saindo da utilização das cartilhas que para ele, limitava o processo educacional que era visto como ato mecânico realizado por meio do depósito de palavras, sílabas e letras a quem está aprendendo. Para Freire, esse ato mecânico de meras repetições de palavras não traz para o alfabetizando consciência dos seus direitos e a criticidade perante a sua realidade, ficando restrito a um ato fonético que não chegará a fazer parte das classes dominantes, pois são elas que possuem a consciência e relevância no meio social, ou seja, estão inseridas no universo da alfabetização e letramento, dominando a capacidade crítico-reflexivo divergente da classe popular.

Através das lutas dos movimentos sociais e campanhas elaboradas visando contribuir na educação de adultos, foi sendo instaurado e modificado a estrutura da educação da EJA, seja para a população que desacreditava nas contribuições da escola para a vida dos sujeitos, como também para somar na iniciativa da educação para todos, para cada vez mais ampliar o setor educacional, qualitativo no país.

A campanha *pé de chão também se aprende a ler* (1961), é implantado na capital do Rio Grande do Norte, buscando romper com a estrutura existente no setor educacional e com as experiências oferecidas e efetuadas anteriormente pelo Ministério da Educação e Saúde. Ocorreu ano após, meados dos anos de 1963 no Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (1963) a valorização da realidade local, o uso do teatro para a oferta de cultura e a ampliação de ações alfabetizadoras.

No ano de 1964, a conspiração entre grupos conservadores da sociedade brasileira, ocasionou a Ditadura Militar, e através do golpe ocorrido o Plano Nacional de Educação foi interrompido, ao qual tinha como coordenador Paulo Freire, que foi exilado nesse período, dando início a sua ascensão a nível mundial, pois o educador passou a escrever suas primeiras obras. Com isso, a educação de jovens e adultos colaborou com a coesão social e legitimação do regime autoritário.

O programa nacional de alfabetização tinha como objetivo alfabetizar 5 milhões de adultos dentro do prazo de 2 anos, contrapartida nas instituições buscavam se adequar ao modo que está sendo feito política e adequar-se ao governo como também os alunos iniciaram o acesso a materiais pedagógicos, intitulado como material didático.

Posteriormente, em 1967 através da lei 5.379 nasce o MOBRAL (movimento brasileiro de alfabetização), ao qual torna-se responsabilidade do governo atuar nos programas de educação continuada, contribuindo para a luta de combate ao analfabetismo, porém a conduta autoritarista nesse período fazia com que as através das práticas de oferta de ensino, o governo controlasse a população em todo território nacional, voltando a utilizar as cartilhas e o ensino supletivo como prática educadora. O MOBRAL foi extinto em 1985 e foi sendo substituído pela Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), que passou a proporcionar a educação básica para aqueles sujeitos que evadiram ou não tiveram acesso ao ambiente escolar, tendo por dirigentes empresário e o governo do país. Para os educadores, o programa visava a capacitação para as atividades pedagógicas, aprimorando as metodologias de ensino através de recursos didáticos. Em seguida, no ano de 1988

o direito ao voto foi restituído para todos os cidadãos, o ensino da educação de jovens e adultos foi reconhecido e posto como público e gratuito, sendo de responsabilidade governamental pelo combate ainda visando combater o analfabetismo e promover o ensino elementar, que constitui no ensino para todos, organizando os estudos em torno da leitura e da escrita.

A Conferência Mundial de Educação, ocorrida no ano de 1990 trouxe uma proposta inovadora, pois foi instaurado que todos os homens e mulheres, de qualquer idade tinha pleno acesso à educação, considerando a contribuição do sistema educacional para o desenvolvimento social e pessoal.

No ano de 1996, é estabelecida as Diretrizes e Bases da Educação Nacional que promoveu uma educação formativa, desenvolvendo questões referentes ao ambiente familiar, a convivência pessoal e institucional, pautada no apoio aos movimentos sociais e as organizações da sociedade além de somas nas manifestações culturais, como também vinculando a educação para o mundo do trabalho e suas as práticas sociais. Em seguida é criado o FUNDEF (fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e magistério) que fica responsável pela distribuição e manutenção do ensino fundamental público e na valorização com o magistério.

Através dessas evoluções, fica evidente o quanto a educação para jovens e adultos perpassa por várias situações de lutas e tentativas de reconhecimento na oferta do ensino, assim como a capacitação de profissionais especializados nessa modalidade de ensino, porém o que ganha visibilidade é a educação de base. Contrapondo, é compreensível que a eja seja vista como uma reparação histórica para aquela recuperação educacional que não houve na idade regular, porém devemos compreender que o sujeito que engloba esse grupo de alunado necessidade de políticas públicas que o mantenha no ambiente escolar e oferte todos os recursos necessários para isso.

Por meio do Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação é aprovado no ano 2000 pelo Relator Carlos Jamil Cury, a Diretriz Curricular Nacional específica para a EJA, propondo que a educação de jovens e adultos necessitaria de uma modalidade única, contendo especificidade própria e tratamento.

A educação de jovens e adultos tornou-se uma modalidade de ensino com características próprias efetivando o combate ao analfabetismo, dando a oportunidade de alfabetizar os cidadãos que já estão inseridos no mercado de trabalho, possuem ou tiveram uma participação rápida na vida escolar, e buscar a qualificação para

práticas cotidianas e oportunidade quanto a aprendizagem visando além do ensino supletivo que tinha por visão acelerar o processo pedagógico. Nesse sentido, nos vinculamos a percepção de educação presente na obra de Magda Soares (1998) *não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente.*

No ano de 2003, foi criado o programa Brasil Alfabetizado, que tinha por proposta em um semestre alfabetizar o maior número de pessoas possíveis, através de salas de alfabetização que era composta por qualquer sujeito que tivesse o interesse de compor o programa, com isso a pessoa tinha que comprovar que era alfabetizado, passar por um processo de treinamento e por fim abrir as salas de aulas e com isso ter acesso a uma remuneração que era ofertada pelo governo federal.

O Fundo Manutenção e Desenvolvimento das Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi criado em 2007 com o intuito de estimular os recursos federais, distribuídos para a educação infantil, fundamental e educação de jovens e adultos como também completar o salário de professores que o município não consegue cobrir. Por meio desse programa, a EJA é estimulada, mais uma vez para firmar enquanto modalidade de ensino.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica, que visa a avaliação sobre o desenvolvimento do aluno, a prática e avaliação pedagógica não incluí a EJA, sendo assim não é possível saber os dados e o progresso dos alunos que compõe esse nível de ensino, possuindo apenas exame de certificação (ENCCEJA) que tem por proposta a certificação através das competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluiu o ensino básico na idade adequada.

4. CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

4.1. Paulo Freire e a experiência do Movimento de Cultura Popular do Recife

O Movimento de Cultura Popular do Recife, foi criado em 13 de maio de 1960 sendo berço para a obra posteriormente criada e mundialmente reconhecida, a pedagogia do oprimido. Além disso, foi por meio desse movimento que foi desenvolvido a “metodologia” utilizada por Paulo Freire que tinha por proposta significar o processo de alfabetização e trazendo inovação para o que era proposto, a exemplo da utilização das cartilhas com frases sem contextualização como também buscava ampliar a capacidade crítica e reflexiva da classe trabalhadora no Recife.

A formação do movimento de cultura popular do recife, foi criado como instrumento de ação educadora que enfatizava a educação por meio da arte, liberdade e da criatividade, com a colaboração de algumas personalidades como Germano Coelho e sua esposa Norma Coelho, o prefeito da época Miguel Arraes que tinha como pretensão a efetivação de um governo de tendência popular, contando também com Anita Paes Barreto, Paulo Freire, Ariano Suassuna, Silke Weber, Francisco Brennand e tantos outros que dentro da sua área de atuação somava forças para a efetivação da proposta.

O alto índice de analfabetismo e pobreza naquela região, colaborou com a perspectiva ótica para as camadas populares do então prefeito Arraes, que diferente dos demais governadores de sua época, buscava contribuir para os estímulos do desenvolvimento intelectual e cultural de um povo que era posto a margem social, que tinha como diretor Paulo Freire e como Presidente Germano Coelho.

Tendo por objetivo facilitar o acesso à cultura e formar cidadãos com consciência política e social apitos ao exercício democrático, para colaborar com as soluções das problemáticas sociais, que era limitado a um grupo que pertencia a classe privilegiada, ou seja, aqueles que tinham acesso à educação formal e possuíam domínio da língua escrita.

A inovação na educação era o princípio do desenvolvimento do projeto, pois a busca pela linguagem popular, a utilização de materiais didáticos pensados de forma específica para os adultos e o rompimento da utilização de cartilhas tornava-se atrativo para a participação da população.

Desse modo, a motivação positiva da classe popular além do amplo debate que envolveu setores progressistas do país, contribuiu para a efetivação do MCP (Movimento de Cultura Popular) que caminhava em busca de caminhos libertadores

para o povo que vivia inseridos nas problemáticas sociais, não tinha estímulos para mudar aquela realidade.

O movimento seguiu por uma estrutura formal que contava com serviços administrativos, deliberativos, consultivos e executivos através de departamentos fundamentais como podemos citar, o Departamento de Formação da Cultura (DFC), Departamento de Documentação e Informação (DDI) e o Departamento de Difusão da Cultura (DFC).

Com isso, a união nacional dos estudantes se inspirou na efetivação do projeto e criou em outras capitais o centro popular de cultura, implantando uma educação baseada na realidade daqueles alunos, para cada vez mais fazê-los pertencentes desse processo educativo.

As aulas eram transmitidas pela rádio clube de Pernambuco e pela Rádio Continental, popularmente conhecida como as escolas radiofônicas. Em seguida, eram promovidos festivais de cinema e teatro, semanais estudantis, seminários e congressos atendendo mais de 20 mil alunos no estado e contando com a participação de um grande número de professores e voluntários.

O movimento perdurou até o ano de 1964, sendo perseguido e interrompido pelo golpe militar desse mesmo ano. Com isso, anos depois foi criado o centro de integração empresa e escola de Pernambuco na Faculdade de Direito do Recife.

Diante da estruturação do movimento de cultura popular do Recife e das abordagens feitas por Freire através das suas obras literárias é possível perceber a efetivação das concepções escritas pelo educador, nas práticas pedagógicas para as camadas populares, levando uma educação qualitativa que rompesse com a desumanização existente na oferta da educação para adultos e ampliando a participação desses sujeitos nas práticas educativas.

Outrossim, a educação como prática da liberdade mobiliza a própria capacidade do aluno, oferta o domínio da escrita e leitura alfabética, mas também amplia a visão de mundo através da cultura, consciência política e social como efetivado por meio da atuação do MCP e através das participações em contextos culturais, valorizando as vivências culturais dos alunos e usando uma linguagem que os façam reconhecer perante as práticas educativas.

4.2 Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido

Diante da concepção freiriana, é possível compreender que o sujeito deve ser instruído para reconhecer o meio que está inserido, para através dele objetivar sua aprendizagem, ou seja, o aluno é o ponto principal para as abordagens e conscientização crítica que serão expostas em sala de aula como também as propostas de liberdade das ideias, conceitos, vivências, problematização e diálogo naquele ambiente.

Segundo Freire (1997, p.7) “Ao objetivar seu mundo, o alfabetizando nele reencontra-se com os outros e nos outros, companheiros de seu pequeno “círculo de cultura” [...]”.

Através do reconhecimento da importância da sua vivência em sociedade e do atraso durante o processo de alfabetização que supostamente não ocorreu na idade adequada, o sujeito deve saber que é possível ampliar e significar sua aprendizagem ao ocupar o espaço educacional, sem esquecer das suas contribuições conquistadas através das vivências sociais, e quebrando o paradigma que por um longo período foram instituídos quanto a desvalorização das pessoas não alfabetizadas.

Freire proporciona ao aluno produzir significados concretos para a sua aprendizagem, visando também o inserir na existência lógica, mediando reflexões entre alfabetizando e o seu contexto. “Eis por que, em uma cultura letrada, aprende a ler e escrever, mas a intenção última com o que o faz vai além da alfabetização” (Freire, 1997).

A ruptura das práticas da educação bancária, proporcionou ao alfabetizando liberdade para a sua aprendizagem além de significá-la, excluindo a mecanização. A quebra desse paradigma de opressão se caracteriza como uma grande tarefa humanística e histórica pois está enraizado nos sujeitos, a divisão hierárquica e a dominadora. Por isso, faz-se importante a disseminação da pedagogia como prática libertadora para romper com a desumanização.

Para Freire (1997) “O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação.” (Freire, 1997).

No espaço escolar, em algumas realidades os alunos expressam que não conseguem aprender e se desenvolver, as práticas de alguns professores colaboram com isso,

uma vez que põem o aluno como receptor de conhecimento, e agem com autoritarismo dentro desse ambiente.

Para Freire (1997) “ A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz”.

A reflexão sobre a libertação desses conceitos instituídos, que moldam a sociedade para a reprodução, expõe que a educação problematizadora e dialógica deve acontecer nos espaços de alfabetização, pois os alunos devem atuar como protagonistas da sua formação, questionando e reivindicando seus direitos, como também o professor que deve mediar as situações e tirar aprendizagens daquela vivência.

Podemos considerar que “o diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação” (Freire, 1997 p. 72).

A perspectiva que Freire destaca em sua obra, é que ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho pois os homens se libertam em comunhão e se materializa quando pensamos na realidade do ensino de jovens e adultos e usamos como exemplo a mobilização do conhecimento entre alunos e professores.

No processo de alfabetização, os sujeitos tende a não reconhecer seus direitos e importância no espaço escolar, como também alguns professores da EJA não buscam uma educação continuada para ampliar a compreensão sobre as demandas trazidas por esses alfabetizados e não buscam se atualizarem nas concepções existentes para efetivar esse ensino, assim tornando-se reprodutores de planos de aulas e conteúdo de outros níveis de ensino, considerando que em muitos casos esses professores atuam a um período significativo e justificam que sabem mediar os impasses da sala de aula.

De acordo com a perspectiva freiriana, o diálogo seria fundamental nas práticas educacionais e na promoção da superação de uma concepção educacional bancária. “Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se vejo sempre no outro, nunca em mim?” (Freire, 1997. p. 111).

Através desse trecho e refletindo sobre as práticas pedagógicas recorrente em salas de aulas da educação de jovens e adultos, considerando a atuação do professor que reproduz para esse público propostas de atividades infantilizadas, limitadas a silabação e escrita do nome reforça o argumento do autor quanto a alienação a

ignorância, pois o público adulto diverge de a educação infantil para os professores estabelecerem práticas similares.

Os professores esperam que os alunos saíam da zona de conforto, mas não buscam reconhecer que suas práticas devem ser diferentes em cada etapa do ensino básico e mesmo tendo experiência com sala de aula, cada turma requer orientações, práticas e diálogos diferentes.

Somando a isso, além das práticas reproduzidas em sala de aula reforçando uma metodologia para um público alvo diferente, a forma de tratar esse alunos também ocupa a visão de não reconhecê-los, pois ao lidar com adultos e idosos é necessário que busque um diálogo direto, sem infantilização e uso do diminutivo constantemente nas palavras como elogios para aproximar e gerar uma relação próxima entre os alfabetizandos dos docentes, reconhecer sua história e significância é tratar com respeito e igualdade.

Segundo Freire (1997, p.113) “A confiança implica no testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concreta intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos”.

Portanto, o alinhamento entre diálogo e a prática, fortalece e proporciona a confiança mutua entre docentes e alunado, uma vez que essa união efetiva proporciona uma prática libertadora, que oferte ao aluno liberdade e autonomia nessa fase de alfabetização.

Da mesma maneira que não é compreensível falar sobre autonomia e liberdade do sujeito quando se controla o desenvolvimento do alfabetizando por meio de atividades de silabações de palavras pré-estabelecidas que não proporciona uma aprendizagem significativa.

4.3. Paulo Freire e a experiência de Angicos

A cidade de Angicos, localizada no sertão do Rio Grande do Norte, recebeu no ano de 1963, através do educador Paulo Freire uma intervenção, que tinha como proposta práticas alfabetizadoras que tinha como base a oferta do sistema da escrita

alfabética através de palavras significativas, utilizadas no cotidiano da população, mas com a intencionalidade de ofertar práticas cidadãs.

Através da colaboração de estudantes universitários que vieram da capital para atuar de forma voluntária nesse processo, visitas de sondagem eram feitas nas casas dos educandos tendo por finalidade adquirir os vocabulários mais utilizados entre os sujeitos e a partir disso elaborar os círculos de cultura que aconteciam nas casas maiores dos próprios moradores, visando a estruturação para o ensino da população.

O apoio da Secretária da Educação do Rio Grande do Norte, a SUDENE, e a aliança para o progresso financiou a alimentação desses estudantes universitários, mas não proporcionou conforto, ou seja, a atuação acontecia de forma voluntária sem amparados de conforto para permanecer naquela região.

Segundo Freire (1993) "Angicos teve um papel pedagógico enorme sobre nós. Angicos nos formou e reformou. Não foi a gente que chegou e educou o povo, não! A gente chegou, assustou-se, espantou-se e aprendeu.

Tendo em vista o período que o país vivenciava, buscando planos desenvolvimentista em âmbitos políticos, sociais, econômicos e educacionais estruturados entre 1956-1962 sob a atuação do presidente Juscelino Kubistschek.

A educação vinha sendo apresentada como uma temática forte e discursiva entre profissionais da educação e estudiosos que acreditavam na efetivação de uma educação para as classes populares, para assim romper com o alto índice de analfabetismo que permanecia no país.

Para romper com a problemática gerada pelo analfabetismo na localidade, foi sendo ofertado para a classe popular, a exemplos de subalternos, domésticas, operários, trabalhadores rurais, pedreiros, serventes, artesão, lavadeiras e tantas outras pessoas a apropriação da leitura e da escrita em 40 de oferta de estudos ao qual posteriormente foi considerado revolucionário em escala mundial.

A busca pela apropriação do uso das primeiras letras acontece através do domínio da linguagem escrita e de leitura mas a visão do projeto era buscar ir além dessa estruturação proporcionando a conscientização política para uma população que não podia exercer a cidadanias, e participações efetivamente em processos sociais e eleitorais, principalmente naquela estrutura política que vivenciava o país, ou seja, os rumos da nação acontecia de maneira restritiva através da decisão das pessoas alfabetizadas.

Como também, não apenas para a instrução crítica em questões políticas, mas a oferta de uma educação cultural que através do movimento de cultura popular estruturado no Recife, o prefeito Djalma Maranhão criou em Natal a campanha “De pé no chão também se Aprende a Ler” e, por conseguinte em João Pessoa, surge a Campanha de Educação Popular (Ceplar) e na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi instituído o Movimento de Educação Popular (MEB).

Em síntese, as iniciativas no campo educacional foram sendo estruturadas nesse período, ao qual a politização vinha se firmando na conjuntura do país e se tornando um item importante.

Por isso, mais de 300 alunos foram alfabetizados dentro dessas 40 horas, além disso o ato de ir na casa daqueles que tinham interesses pela formação educacional parte da efetivação da pedagogia dialogal que é destacada na obra Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire.

O processo de alfabetização para adultos, segundo a perspectiva freiriana não deve acontecer por meio das mesmas metodologias que a educação infantil, devendo então o adulto ser reconhecido na sua totalidade, através das suas experiências sociais.

Além disso, os jovens e adultos ocupam um espaço diretamente relacionado com as suas experiências cotidianas, que em algumas situações, exigem afetividade do educador já que em suas vivências encontram carência de afeto, desamparo e atribulações, por isso é importante os educadores saibam mediar as situações, proporcionando uma reflexão sobre a capacidade dos alunos sem infantilizar as relações, pois muitas vezes eles fingem não ter entendido o conteúdo para ter atenção exclusiva.

Com esse processo revolucionário para educação, caí em desuso a utilização das cartilhas e os educadores através de algumas palavras de uso local projeta a escrita para os alunos, mostrando a estruturação uma ao lado da outra e o reforço que não se soletra individualmente cada letra para poder formar uma sílaba, mas soletra a sílaba em si para poder estruturar a palavra, conhecendo as famílias silábicas e formando novas palavras através desse método eficiente.

No discurso do primeiro dia de aula em Angicos, Paulo Freire (1963) destacou que a educação é um meio de reunir aquele povo e inseri-los no processo histórico afim de propiciar oportunidades em que sejam eles protagonistas das suas próprias histórias.

A busca pela desigualdade no Brasil é idealizada mesmo com limitações, é notório que não será criado um novo país, mas que por meio dos instrumentos de expansão do conhecimento as pessoas busquem seus próprios caminhos e melhorias para viver em sociedade.

A libertação do conhecimento da população da cidade de Angicos, teve contribuição das práticas alfabetizadoras, o pensamento desenvolvido durante os círculos de alfabetização e as ideias polarizadas do governo do presidente João Goulart somaram para os protestos em prol das reformas sociais, que ocasionou revolta na elite associando esse processo revolucionário ao comunismo.

Durante o encerramento das aulas, o presidente da época João Goulart reconheceu o êxito da proposta ao receber cartas escritas pelos estudantes que fizeram parte do processo organizado por freire e os coordenadores dos círculos de cultura e convidou o educador para planejar o plano nacional de alfabetização, que iria ser efetivado no ano seguinte (1964) mas teve que ser interrompido pelo golpe dado pelas forças armadas no governo do país.

O método freiriano foi oficialmente reconhecido pelo governo brasileiro, por isso é possível observar que esse processo de reconhecimento público fortaleceu a notoriedade da eficácia da prática e proporcionou a ascensão de Paulo Freire como educador social que ampliou a capacidade de pensamento, domínio da leitura e da escrita da população.

4.4. Paulo Freire e a Pedagogia da Esperança

A transformação no contexto social acontece a partir da consciência, experiências e interação dos indivíduos com o mundo, buscando ampliar suas vivências com o intuito de desenvolver novos saberes como também adquirir. “A esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo o endereço, se torna distorção da necessidade ontológica” (FREIRE 1992, p.05). A partir da educação de jovens e adultos, os sujeitos têm oportunidade de ampliar seus conhecimentos e a visão de mundo pois o ambiente escolar através de práticas efetivas proporciona aos alunos o domínio das práticas da leitura e da escrita e das vivências cidadãs. “Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (FREIRE 1992, p. 05).

Desse modo, a figura do professor é de suma importância quando considera as vivências e particularidades dos seus alunos, fazendo dessas considerações motivações para impulsionar a permanência no ambiente escolar como também produzir novos saberes, valorizando sua presença em sala de aula.

As práticas motivacionais são hábitos que devem fazer parte da rotina das aulas, sendo de responsabilidade do professor, para que a cada encontro haja estímulos que desacomodem os alunos da sua perspectiva atual, pois essa efetivação proporciona a permanência e o reconhecimento da educação de jovens e adultos, como citado na obra pedagogia do oprimido de Paulo Freire, o professor torna-se um mediador quanto a oferta e a mobilização do conhecimento.

A educação da esperança busca preservar os saberes que constituí o sujeito, dentro e fora do ambiente escolar, efetivando a ação que deve acompanhar o contexto global, onde corriqueiramente os alunos estão inseridos e possuem suas próprias convicções de acordo com suas experiências, para isso compreender e ampliar a realidade a partir das contribuições educacionais é promover uma educação progressista.

Deste modo, Freire (1992, p.27) “Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança”.

A prática educativa em uma perspectiva progressista, impulsiona o aluno a querer atingir outros cenários, não de forma fantasiosa, mas efetivando a aprendizagem na perspectiva que através dela seja possível vencer a desigualdade, injustiças sociais e os privilégios existentes entre os sujeitos, mesmo que essas problemáticas perdurem, mas terão como serem amenizadas.

Proporcionar ao aluno reconhecimento da sua importância nas vivências sociais é uma prática descrita no livro pedagogia do oprimido, sendo assim ofertar os meios para que se tornem seres críticos reflexivos, sem subordinar os pensamentos dos alunos, agindo com imparcialidade e contribuindo para a ampliação da realidade que eles estão inseridos faz parte do papel do professor.

“Ensinar não é a simples transmissão do conhecimento em torno do objeto ou do conteúdo.” (FREIRE, 19992, p. 42).

A educação popular e democrática tem por influência da *Pedagogia da Esperança* as lutas para uma educação de jovens e adultos justa e qualitativa, para que seja possível as classes populares acessarem práticas que proporcione o domínio

do uso da linguagem, para que esse domínio os leve para o pleno desenvolvimento social e cidadã.

“Tenho ainda hoje, na memória, bem vivos, retalhos de discursos de camponeses, de afirmações, de expressões de legítimos desejos de melhora, de um mundo mais bonito ou menos feio, menos arestoso, em que se pudesse amar” (FREIRE, 1992, p. 21).

Desse modo, é evidente que as práticas construídas ao longo das aplicações do método freiriano, construiu educandos criticamente libertos das situações que os colocavam a margem, assim a partir das práticas cidadãs e do domínio das letras os camponeses, trabalhadores rurais, mulheres e homens obtiveram afirmações e expressões legítimas ampliando suas concepções e perspectivas, buscando progressão em caminhos permanentes.

4.5 Paulo Freire e a Pedagogia da Autonomia

O desenvolvimento do sujeito, vem a ser um reflexo da determinação genética, cultural e de classe, por isso é evidenciado que somos seres condicionantes. Segundo Freire (1996, p. 9) “Formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho [...]”

O saber crítico e progressista são fundamentais para as práticas sociais e formativas dos docentes, aos quais devem buscar por práticas pedagógicas que mobilize os saberes dos seus alunos, ofertando possibilidades de conhecimento e evidenciando que não há docência sem discência, ou seja, que os professores proporcionam aprendizagem aos alunos, mas também adquirem conhecimentos a partir dessas ofertas dispostas, e também com a realidade que esses educandos estão inseridos.

O reforço da capacidade crítica, deve ser existente em cada sala de aula que busca a formação humana, precisamente quando destacamos a educação de jovens e adultos, pois é a partir da sistematização do ensino escolar que essas pessoas buscam adquirir conhecimentos que foram prolongados em outros momentos de sua vida e durante a vivência na escola.

A aprendizagem dos alunos adquirida ao longo dos anos fora do ambiente escolar, proporciona ao educador compreender a visão de mundo, a classe social que o mesmo está inserido e a perspectiva de vida que é idealizada ao retornar para o ambiente de ensino formal, por isso os saberes trazidos por esses alunos deverão ser considerados e utilizados para significar as temáticas abordadas em sala de aula.

Paulo Freire destaca em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, a rigorosidade metódica ao ensinar, causando reflexões necessárias para o professor, pois é a partir do discente que é possível compreender as abordagens necessárias para a demanda daquela sala de aula e o público alvo que a compõe, não há como estabelecer práticas pedagógicas unilateral sendo necessário adequações de acordo com as demandas obtidas, proporcionando um ensino recíproco, investigador e criativo que faça sentido para o educando.

A construção da autonomia do sujeito, exige do formador reflexões sobre as práticas, como será proporcionado a construção dessa autonomia e a progressão educativa pois para além da formação escolar, a perspectiva é ampliar e reforçar a capacidade crítica de cada aluno para que seja exercido práticas sociais que possibilitem autonomia para o seu cotidiano.

Durante o desenvolvimento da educação brasileira, a educação foi posta de forma bancária limitando-se a escrita mecanizada, pois a partir do desenvolvimento dessa habilidade era possível muitos cidadãos terem reconhecimentos perante o contexto social. Posteriormente a leitura e a escrita foi possibilitando a ampliação dessas pessoas como participantes da construção social, para assim exercerem sua cidadania como podemos citar a contribuição do direito ao voto.

A crítica a educação bancária ressaltada pelo autor, corresponde a inserção de conhecimentos pré-estabelecidos que são depositados nos alunos, sem preocupação com a relevância do conhecimento que está sendo ofertado, então esse ensino é meramente limitado a transmissão de conteúdo, excluindo do aluno o direito de compreensão e colaboração para sua aprendizagem, seguindo do autoritarismo e

pondo a figura do professor como detentor do conhecimento sem se preocupar com a aprendizagem do aluno.

O direito dos educandos, deve ser pauta de luta para os profissionais da educação, sendo através da efetivação desses direitos que ocorre ampliação e melhoria no sistema educacional. Com isso, para exercício de uma boa prática docente as considerações e indagações dos alunos deverão ser valorizadas, permitindo que haja autonomia dos sujeitos e ampliação nas informações que ganham destaque em sala de aula.

As indagações dos alunos, não devem ser em vista como problemáticas, mas como meio de ampliação e autonomia do pensamento, para os professores essas provocações devem ser valorizadas, compreendendo o gosto estético que cada um possui e sua linguagem, reconhecendo o contexto que aluno está inserido, suas vivências culturais, suas condições genéticas e sociais. Além das práticas reflexivas e crítica, os saberes e suas relações tomam impulso pela bagagem existente, e é por meio disso que ocorre a ampliação e compreensão da realidade, as quais provocam possíveis mudanças de pensamentos, nas questões cidadãos e científicos.

É relevante a importância de discutir sobre a posição do docente em sala de aula, pois ensinar é uma especificidade humana a qual requer do profissional algumas competências para que haja no seu exercício de trabalho a construção da autoridade, que diferente do autoritarismo é apresentada na convivência com o alunado que desenvolve respeito e firmeza perante a atuação do professor.

Para Paulo Freire (1996, p.36): “O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e a liberdade dos alunos se assumam eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico. ”

O educador ao exercer a autoridade democrática nas suas aulas, permite que os alunos tenham liberdade nas suas ações e responsabilidade no exercício de suas práticas dentro daquele ambiente. A mediação entre a liberdade e autoridade permite que os alunos se tornem autônomos, descentralizando a dependência instituída na figura do professor.

Podemos considerar “nunca me foi possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos.” (Freire, 1996, p.37)

Pensar nas práticas educativas é reconhecer os sujeitos como seres significativos que precisam do estudo continuado e da qualificação profissional do

professor, reconhecendo a responsabilidade atribuída no exercício da docência e o respeito para com esse alunado. “Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero a permanência da minha.” (Freire, 1996, p.37)

A sabedoria para os debates, posicionamentos e expressões qualifica a competência do professor, preparar-se para as aulas é um exercício primordial uma vez que a prática docente possibilita múltiplas vertentes, seja através dos conteúdos aplicados ou indagações estimuladas. Por isso, o docente precisa se preparar para saber lidar com as dúvidas e questionamentos para não vir a ocorrer afirmações contínuas que não possui domínio daquela provocação.

A figura do professor representa presença política, sua intervenção em sala de aula possibilita aos sujeitos ampliação de pensamentos críticos – reflexivos que na maioria das vezes não se é permitido pensar fora daquele contexto.

Com isso, a imparcialidade quanto as informações debatidas promovem aos alunos a liberdade no modo de agir, ser e pensar reforçando a autoridade exercida na categoria de professor, evidenciando que ele não é detentor do conhecimento, mas possui segurança para discutir temáticas e analisar fatos, não agindo de modo neutro, mas de maneira imparcial.

Em outro trecho da sua obra, o autor destaca que uma educação autêntica, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B. (Freire, 1997 p. 116).

Partindo do pressuposto que uma educação dialógica e humanizada acontece de modo construtivo onde professores e alunos buscam estabelecer debates e diálogos e pensar nas práticas aplicáveis para aquele ambiente, trazemos para reflexos na prática quando pensamos sobre a importância de estabelecer combinados, ou seja, quando o professor provoca o aluno para que o mesmo reflita como criar uma boa rotina em sala de aula que o beneficie mas que também facilite a estruturação do professor, que pense como será o funcionamento do ambiente, a rotina que será feita, as programações das atividades e por fim a sua participação direta na execução das atividades.

É de suma importância romper padrões quanto as limitações socialmente impostas sobre essa etapa do ensino, através da consciência crítica dos alfabetizando, o reconhecimento para romper com a ignorância daqueles que veem a educação de jovens e adultos como fácil acesso para concluir sua jornada de trabalho e/ou somar

carga horária para não exercer mais a função, e a importância do alfabetizador que reflita sobre práticas pedagógicas convergentes a abordagem do autor.

A ação dialógica é uma estrutura pedagógica, ação que organiza e implica na constituição da linguagem e da consciência política, onde não deve acontecer de modo autoritário que prive a liberdade pois é através do trabalho em conjunto que o grupo estabelece diálogos para melhor convívio, respeitando a particularidade de cada indivíduo, chegando em um acordo benéfico para ambos.

A partir dessas reflexões, compreendemos o lugar do oprimido quando ocupamos esse espaço, mas de todo modo, a busca pela emancipação do conhecimento, da liberdade, da autonomia, da dialógica e problematização ocupam o espaço que amplia o conhecimento crítico através da educação problematizadora como prática libertadora dos sujeitos da classe popular.

5. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ECIT PROF. ANTONIO GOMES

A pesquisa teve como espaço de aplicação a Escola cidadã professor Antonio Gomes pois considerando as escolas que ofertavam o ensino para jovens e adultos no bairro do Mario Andreazza, na cidade de Bayeux, a ECIT foi a única que ofertava essa modalidade de ensino durante o período da realização da pesquisa, considerando que por ser uma escola estadual, não abarca a modalidade de alfabetização para jovens e adultos porém essa condição não impediu o desenvolvimento da pesquisa uma vez que o intuito é conhecer o funcionamento da escola enquanto instituição formadora de jovens e adultos como também conhecer as práticas educativas dos professores e o perfil do alunos.

5.1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE BAYEUX

Na cidade de Bayeux, a educação de jovens e adultos acontece em treze escolas municipais, que tem por responsabilidade ofertar alfabetização como também o ensino fundamental. A efetivação do ensino acontece no turno tarde na escola Dom Hélder, localizada no bairro do Sesi e nas demais escolas acontece no ensino noturno por conter um público restrito, as escolas estaduais da cidade abarca os alunos para o ciclo de alfabetização com o intuito de ofertar aos alunos que procuram a modalidade de ensino conhecimento como também manter-se a frequência escolar ativa.

A cidade conta com uma escola municipal ao qual é modelo e referência no ensino da EJA, localizada na Rua Castro Alves no bairro da Imaculada, a Escola Maria das Neves apresenta um quadro de professores que busca através das aulas motivações para a permanência dos alunos, através de aulas didáticas, expositivas e participativas, assim a escola apresenta um número relevante de alunos que possuem frequência regular.

São vários os fatores que contribuem para as dificuldades na educação de jovens e adultos na cidade de Bayeux, como podemos citar a violência, a falta de motivação dos alunos para além do ambiente escolar, as demandas pessoais para as mulheres que precisam levar o filho para escola e/ou não tem com quem ampare seus filhos durante sua vivência no ambiente escolar.

Nos últimos meses, a cidade vem sofrendo com uma onda recorrente de homicídios e ataques de facções criminosas, por essa situação a população se

resguarda em casa evitando transitar em horários noturnos, assim os educandos preferem evitar de ir para escola, como também em alguns bairros periféricos que tem por domínio os grupos organizados, foi posto toque de reclusão e ordem para fechar as escolas um horário mais cedo, uma vez que as aulas vão até às 21:30h e tiveram que ser reduzida para 21h, quando os funcionários conseguem manter às aulas até esse horário, pois é comum que os alunos peçam pra sair antes assim prejudicando o rendimento escolar dos alunos e o desenvolvimento das aulas para os professores.

O alto índice de violência no bairro em conjunto com a falta de motivação dos alunos para frequentar a escola é vista como um dos fatores da evasão no ambiente escolar, para chegar nessa justificativa é posto que na vida pessoal, os educandos possuem demandas que muitas vezes colabora para a frequência escolar ficar em segundo plano, como também no caso das mulheres a organização familiar contribui pois os filhos não tem suporte para ficar em casa sozinho e/ou acompanhados por um responsável. Além disso, outro fator somatório para isso é a relação entre os horários do trabalho e da permanência na escola já que é uma questão recorrente para os alunos que precisam administrar a dupla jornada, ao qual são a maioria deles.

A Secretária Municipal de Educação, instaura nas escolas com mais fluxos de mães que tinham a necessidade de levar as crianças para a escola o projeto “ Filhos da EJA”, como intuito de acolher as crianças que precisavam está na escola acompanhando seus responsáveis. O projeto conta com a participação de uma monitora escolar que aplica atividades pedagógicas e brincadeiras, visando acolhimento para as crianças e manter a permanência dos pais e responsáveis na escola.

Considerando que os alunos da EJA buscam está inserido no mercado de trabalho para assim ter retorno financeiro, voltando para escola com o intuito de dar continuidade aos estudos, a Secretária Municipal de Saúde em parceria com a Universidade Federal da Paraíba através da Escola Técnica de Saúde ofertou cursos de formação técnica para os alunos que compõe a EJA do município.

Outrossim, com o alto índice de baixas matrículas e/ou permanência no ambiente escolar, as secretárias das escolas promovem ações buscativas para aumentar o número de alunos nas salas de aulas, através de moto som que circula os bairros para atingir a maior parte da população da cidade, como também ligações utilizando como base as fichas arquivadas na escola, para assim compreender o que ocasionou a evasão daquele ex aluno e também o levantamento dos pais dos alunos do ensino

regular que não chegaram a concluir o ensino básico e/ou nas documentações não fazem o uso da escrita.

A educação tem que ser pensada para o pleno desenvolvimento, empoderamento e emancipação do sujeito, não apenas para a certificação.

Freire (2011, p.67) nos apresenta, esclarecendo que, a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, este deveria ser o principal objetivo da aprendizagem, “processar” esse conhecimento adquirido em ações de melhoria junto à realidade social de cada sujeito.

A organização das atividades pedagógicas é baseada na Matriz de Referência Curricular EJA, criada no ano de 2016 e sendo reestruturada no ano de 2024, com o intuito de compreender a globalidade e particularidades dos sujeitos que constituem esse nível educacional sendo dividida em três pilares, aos quais são Formação Básica, Orientação para o trabalho e Formação para a Cidadania através das disciplinas comuns curriculares, eixos temáticos e formação cidadã.

A Matriz foi organizada em duas partes, a primeira que busca contemplar a Proposta Comum Curricular que se refere aos alunos do 1º e 2º Ciclo tendo por componente curricular: Artes, Língua Portuguesa, Ciências da Sociedade e da Natureza e Matemática na segunda parte ao qual abrange os alunos do 3º e 4º Ciclo é trabalhado os componentes de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Matemática, Ciências, História e Geografia.

Somando a isso, além de promover a educação pensando no sujeito como autor principal para o seu desenvolvimento a matriz também visa facilitar a organização didática e avaliativa dos professores, para assim facilitar o desenvolvimento das aulas, sendo de caráter flexível e adaptável para as práticas pedagógicas.

Diante disso, a educação de jovens e adultos vem sendo efetivada como modalidade educacional que possui suas particularidades e por isso é necessário que não tenha apenas oferta de vagas, mas que seja proporcionado ensino comprometido e de qualidade, através de professores que reconheçam a EJA como nível de ensino que precisa de planejamento tanto quanto as outras modalidades, que não existe mais o preconceito sobre a atuação de professores em fase final de carreira para

complementar carga horárias , para isso é necessário que haja avanços nas aulas , na proposta de ensino e na oferta dele.

5.2. OS ESTUDANTE EM EJA NA ECIT ANTONIO GOMES

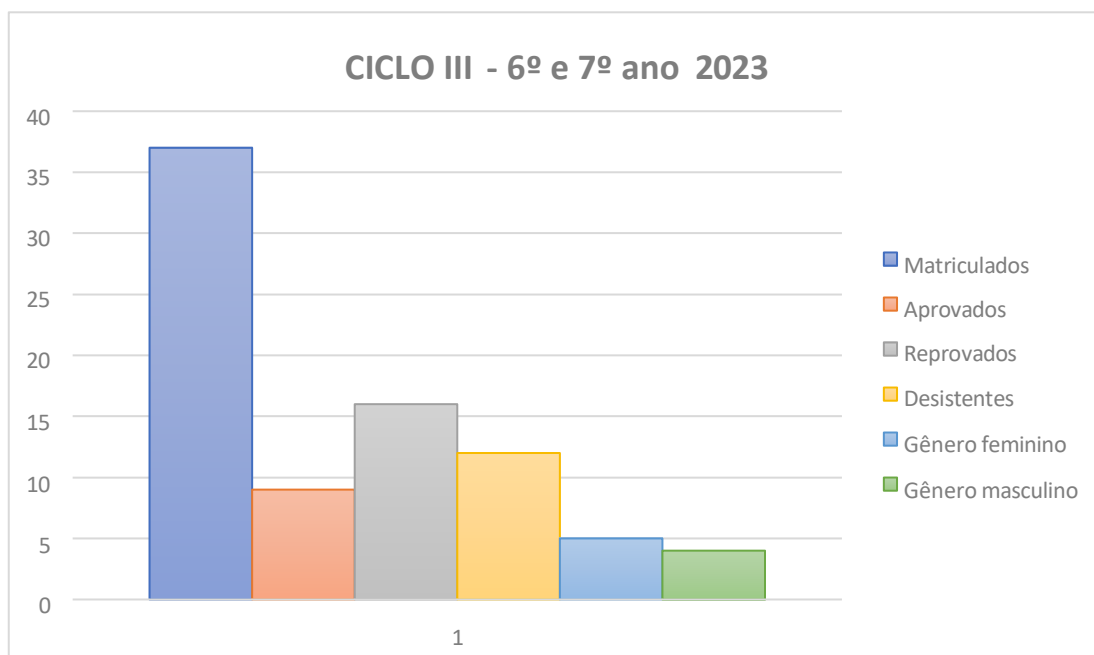
A ECIT Antônio Gomes, está localizada na Rua Prof. Antônio Gomes, no bairro do Mário Andreazza, o mais populoso da cidade de Bayeux, região metropolitana de João Pessoa. Possui aproximadamente 400 alunos dos quais 190 compõem os ciclos de ensino da Educação de Jovens Adultos no turno noite. Por conseguinte, a escola atende jovens e adultos provenientes de famílias de baixa renda, que chegam à unidade escolar após uma extensa jornada de trabalho dentro e fora do ambiente formal pois o maior número de alunos são mulheres, donas de casa ou provedoras do sustento do lar, maiores de 35 anos, que buscam através dos estudos obter um momento de socialização como também atingir a liberdade de domínio da leitura e da escrita.

Segundo (FREIRE, 1989) A leitura do mundo, precede a leitura das palavras. Com essa afirmação feita pelo educador, podemos perceber que a realidade vivida deve ser considerada, sendo referência para o processo de formação do ser humano pois através das múltiplas oportunidades fornecida pelo contexto social que o sujeito está inserido, são desenvolvidos conhecimentos acerca da interação social, construção da identidade, resolução de conflitos e vida em comunidade.

Na escola referente, o maior número de alunos, são adultos maiores de 35 anos que por motivos diversos não concluíram o ensino na idade regular, entre o número de pessoas registradas na matrícula percebe-se que entre o gênero feminino e masculino, o gênero feminino se sobressai desde do ano de 2023, apresentando menor índice de reprovação e/ou evasão escolar. O retorno ao ambiente escolar acontece por motivos diversos como podemos citar a socialização, contrapartida a busca por retorno financeiro é uma causa convergente entre homens e mulheres que constituem o alunado da escola.

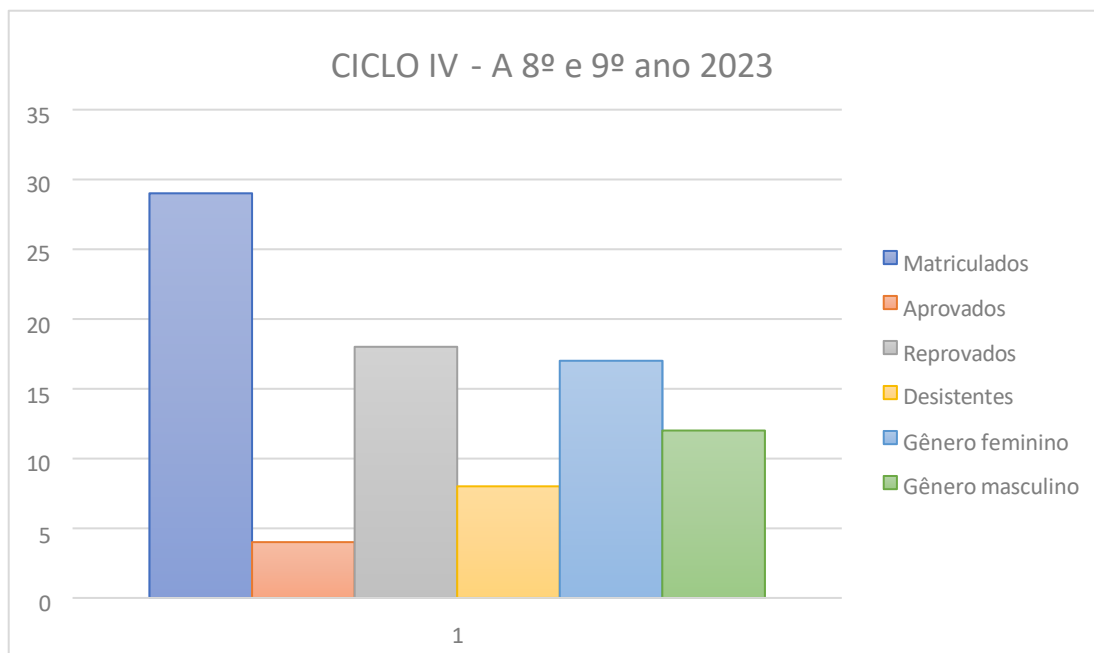
Segundo Zabala, a função do saber, dos conhecimentos, das disciplinas nasce de uma fonte epistemológica, e seguem sua finalidade de função social. Desse modo, é através do conhecimento do saber que podemos diferenciar a ideia de senso comum para o saber científico, ambos sendo relevantes para a formação do conhecimento.

Nas tabelas abaixo serão expostos os resultados do ano letivo de 2023, referente ao ciclo III que corresponde etapa básica de ensino do 6º e 7º ano e o ciclo IV ao qual se refere ao nível de ensino 8º e 9º.



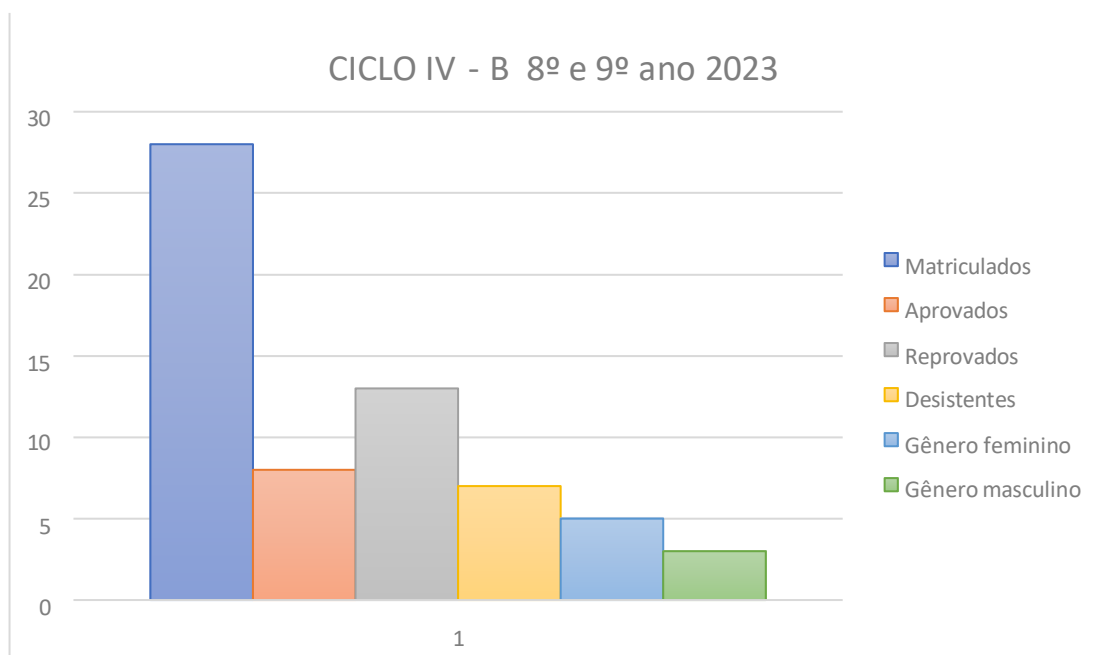
FONTE: CRIAÇÃO DA AUTORA, 2024.

No gráfico acima, temos as informações referente ao ciclo III que demonstra o número de matriculados que totaliza 37 alunos aos quais 9 foram aprovados, 16 reprovados, 12 desistiram através dessas informações pode notar-se que o gênero feminino aparece em maioria no somatório de alunos concluintes, quanto ao número de alunos do gênero masculino apenas 4 aparecem nos registros, mesmo a margem de diferença sendo mínima notamos a participação maior do público feminino.



FONTE: CRIAÇÃO DA AUTORA, 2024.

No gráfico referente ao ciclo IV – A, destacamos a quantidade de alunos matriculados que totaliza o número de 29 alunos, aos quais 4 foram aprovados, 18 reprovados, 8 desistentes. A sala de aula tinha por sua maioria matriculados pessoas do gênero feminino, somando o número de 17 alunas para 12 alunos do gênero masculino.



FONTE: CRIAÇÃO DA AUTORA, 2024.

No gráfico referente ao ciclo IV – B, destacamos a quantidade de alunos matriculados que totaliza o número de 28 alunos, aos quais 8 foram aprovados, 13 reprovados, 7 desistentes. Nesse grupo de alunos que concluíram a etapa do ciclo IV foram destacados que 5 foram pessoas do gênero feminino e 3 do gênero masculino. Através das representações, é notório perceber que a maioria dos estudantes são do sexo feminino, possuem regularidade nas atividades escolares sendo o mesmo grupo que concluiu com êxito o ciclo de aprendizagem. Podemos considerar, que a escola retrata um alto índice de evasão escolar como também de reprovações sendo mais da maioria que compõe o alunado.

Contribuindo a isso, (ZABALA, 1998) relata que o aluno aprenderá o conceito quando for capaz de utilizá-lo para interpretar, compreender, expor um fenômeno ou uma situação. Podemos considerar múltiplos os motivos de desistência no âmbito escolar ECIT Antônio Gomes, assim como refletimos acerca da compreensão da aprendizagem e a importância que os alunos se fazem dela pois compreender a utilidade do ensino para outros saberes na vida, faz o sujeito efetivar a educação tornando-a como prática social.

5.3. DESAFIO E A EJA A PARTIR DA ESCOLA ESTADUAL ANTONIO GOMES.

O estudo foi realizado na Escola Cidadã Integral Professor Antônio Gomes, que constitui o quadro de escolas públicas estaduais da cidade que oferta a modalidade da EJA, atendendo estudantes das localidades, residentes dos bairros Mário Andreazza, Comercial Norte, Conjunto Mariz e Rio do Meio cujo contexto histórico retrata a desigualdade social da população.

A organização do bairro influencia diretamente nas atividades da escola, uma vez que os estudantes que residem nas proximidades estão expostos a violência que atualmente predomina na cidade de Bayeux, imersos a criminalidade e a riscos físicos pois a rivalidade entre grupos associados a facções criminosas ocasionou homicídios frequentes nas ruas próximas a escola.

A instituição conta com o apoio de segurança privada na área interna para fazer a segurança de alunos, professores e funcionários, mas o que preocupa os alunos e os educadores é o percurso de casa até a escola, houve dias de não ter expediente educacional e as aulas serem remotas ou uma atividade disponibilizada pelos

professores através do *whatsapp*, por isso frequentemente às aulas vão até o horário das 21h.

A ECIT Antônio Gomes atende no horário noturno, ensino médio regular e a educação de jovens e adultos referentes ao ciclo III, IV, V e VI totalizando 190 matriculados. Na análise foram utilizados os registros relacionados ao último ano letivo, por meio do documento que consta o resultado parcial referente a organização de 2023, sendo esse o único documento disponibilizado pela escola para situar a pesquisa.

A educação de jovens e adultos permanece ocupando o espaço segregado por meio das práticas existente pelos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino desde sua organização até o funcionamento. Consideramos que não foi pautado durante as disponibilizações dos documentos, registros sobre ações para trazer alunos para escola, considerados o índice de evasão e reprovações dos alunos do ciclo III e ciclo IV no ano de 2023 aos quais não retornaram no ano atual para a escola.

Além disso, a unidade escolar possui amplo espaço, com salas de aula, laboratório de informática, secretária, refeitório, banheiros, pátio, sala dos professores e quadra esportiva, atualmente todos os ambientes estão disponíveis para uso, porém não sabemos se as práticas são efetivadas.

É de suma importância o olhar reflexivo sobre o perfil dos estudantes que buscam a educação de jovens e adultos, uma vez que a maioria vem de uma carga diária de trabalho e busca através do estudo atingir melhores cargos no mercado de trabalho, visando superar problemas econômicos e sociais.

O processo de normalização das aulas permeia desde do ano de 2022, pois anterior a isso no período pandêmico entre 2020 e 2021, enquanto as aulas estavam remotas, os alunos não tinham registros de faltas e as atividades eram passadas brevemente através do *google meet*, não sendo obrigatório está presente pois os alunos alegavam que não possuíam recursos tecnológicos para acompanhar as aulas.

Desde então, o grupo de alunado acomodou-se com esse sistema de ensino efetivado durante o período da pandemia COVID-19 ao qual não era obrigatório participação nas aulas e por isso atualmente os profissionais que constituem a EJA precisa afirmar que a rotina de aulas se normatizou e voltou a obrigatoriedade nas aulas para registros de nota e também de frequência.

Através do último censo demográfico realizado no ano de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município tem por população 82.742 pessoas. Na educação a cidade atinge na taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade 96,4%, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental 4,20, nos anos finais do ensino fundamental 4,0 contando com mais de 6 mil alunos inscritos na educação básica e 800 professores no quadro docente.

Por isso, um dos fatores que é ressaltado por contribuir para o número limitado de alunos que frequentam o ensino da EJA é a falta de motivação no ambiente extraescolar como também familiar, pois com frequência os alunos justificam por motivos diversos a sua ausência em sala de aula, mesmo esse grupo estando cercado por profissionais que estimule a participação no ambiente educacional, falta um suporte fora daquele ambiente para que eles vejam a escola como uma rotina de qualidade que edificará sua participação social e não apenas um passa tempo para socialização.

5.4. A ATUAÇÃO DAS PROFESSORAS DA EJA

Tendo como base a Referência da Matriz Curricular da EJA, considera-se que o planejamento das aulas possui articulações entre os conteúdos e questões cidadãs, através da proposta da matriz que promove abordagem de temáticas cotidianas convergente com as atividades que devem ser tratadas no ambiente escolar.

Podemos considerar que ao trabalhar o conteúdo de acentuação, no ciclo III a competência visa promover domínio do sistema da escrita, a leitura e a escrita com autonomia além disso articulando com questões cidadã, a aula sendo estruturada através de palavras que estejam no cotidiano dos alunos, para assim está cada vez mais próximo da realidade e do domínio do aluno considerando por exemplo: nome de pessoas, bairros da cidade entre outras sugestões metodológicas.

Através dessa organização sobre o Eixo: Identidade, podemos notar que o aluno é colocado para refletir sobre o sistema da escrita, quando é ofertado palavras que faça perceber sobre as diferenças entre pronuncia e grafia considerando seus conhecimentos prévios em palavras ou objetos que estejam no seu dia a dia.

O professor deve estar sempre atento quanto a prática pedagógica, pois é um campo rico, complexo e dinâmico diagnosticando o ambiente que trabalha, avaliando, decidindo e atuando como pessoas que ensinam. (ZABALA, 1998) A ECIT Antônio Gomes visa trabalhar com projetos, unindo professores interdisciplinares que abordem temáticas por exemplo: Distúrbios na Saúde, fazendo parceria com as unidades básicas de saúde e promovendo na escola campanhas contra Doenças Sexualmente Transmissíveis, a importância da vacinação como também a oferta da vacina durante o evento e aferição de pressão unindo atividades práticas com as teorias abordadas em sala.

As ações práticas proporcionam ao aluno a efetivação dos conteúdos de sala de aula, a História de Bayeux é outra temática promovida entre teoria e ações prática pois ao final da sequência didática os alunos são encaminhados ao Centro de Formação para Professores para ter uma aula extraclasse com o pesquisador da cidade Prof. Ariosvaldo Alves que ofertará conhecimento para além a estrutura formal.

Para Zabala (p. 89) as relações de que se estabelecem entre os professores, os alunos e os conteúdos de aprendizagem constituem a chave de todo o ensino e definem os diferentes papéis dos professores e dos alunos.

Os professores da EJA, estão cada vez mais buscando atingir as competências que irá promover o conhecimento dos alunos, uma vez que sempre foi pontuado que os professores atuantes dessa educação precisavam cumprir carga horária para poder conseguir aposentadoria, como se a promoção dos conteúdos e conhecimentos não precisassem de articulações e se limitasse a mera reprodução da atuação em outras etapas de desenvolvimento.

Com isso, foi possível perceber que os professores atuantes da EJA estão cada vez mais conhecendo seu público e sabendo trabalhar com o mesmo, buscando motivar esse grupo de sujeito para que se mantenham no ambiente escolar e para além disso aprenda questões que irão promover saúde, qualidade de vida, conhecimento, informações, domínio da escrita e leitura, relacionando conteúdos educacionais com práticas sociais.

5.5. Refletindo sobre a EJA a partir da ECIT Antônio Gomes

A característica prática do estudo aconteceu através da percepção visual para adquirir conhecimento das práticas educativas de cunho cidadã, a exemplo do acompanhamento nas aulas e reflexões metodológicas por meio das diretrizes e documentos da escola, as práticas efetuadas na EJA que serviu como comparativo sobre as propostas freirianas para a educação de adultos.

Desse modo, o ambiente escolar no ciclo III e IV serviu como referência para as observações sobre as práticas dos professores, como também o perfil dos alunos que constituem a modalidade, além análise da estrutura organizacional através da matriz curricular do município que é usada pela escola como base para a estruturação das aulas.

A pesquisa acontece seguindo a abordagem qualitativa, uma vez que os dados servem para proporcionar reflexão sobre educação ofertada para os jovens e adultos, como também analisar o funcionamento da EJA através da matriz curricular ofertada na cidade. Através dessa abordagem, é possível compreender e analisar a realidade social que os indivíduos estão inseridos, através das suas ações postos como fonte de observação para a pesquisa.

O processo de coleta de dados, no primeiro momento foi mediado por uma educadora que recebeu uma breve explicação da relevância da pesquisa e apoiou o desenvolvimento reflexivo da EJA na escola, de forma breve a mesma explicou o funcionamento da escola, o quadro de professores ao qual a maioria são efetivos, a quantidade de alunos que a escola atende na modalidade da EJA, os ciclos de formação que são ofertados, a diretriz curricular utilizada como base para desenvolvimento das aulas e os fatores externos que contribuem para o funcionamento das aulas.

Nesse sentido, Fiorentini e Lorenzato (2006) destaca que o pesquisador frequenta os locais onde os fenômenos ocorrem naturalmente. Por isso, através da observação as reflexões e análises podem ser concluídas de modo convergente ou divergente quando associado as contribuições freirianas para amplo desenvolvimento da educação para adultos.

No segundo momento, foi possível entender que a organização da escola para a educação de jovens e adultos vai de encontro a estrutura organizacional feita pela Secretária Municipal de Bayeux, que disponibilizou os documentos necessários para a análise das práticas educativas como a matriz curricular.

Conforme Gil (2008, p. 103) a observação participante é uma técnica a qual envolve a participação direta do pesquisador no cotidiano de uma determinada comunidade, grupo ou situação. Somando a isso, o pesquisador atua como membro do grupo que está sendo estudado, conhecendo sobre a vivência estando inserido nela.

A partir das análises sobre a educação como prática libertadora, evidenciamos a participação dos professores na oferta de uma educação cidadã para os sujeitos que constituem a EJA assim como compreendemos o perfil dos alunos que estão inseridos nessa modalidade de ensino. Por isso, damos ênfase a reflexões sobre o alunado da EJA e a colaboração dos professores para ofertarem uma educação para além do domínio da leitura e da escrita compreendendo a vivência desses educandos e despertando consciência social.

Lüdke e André (1986), apontam que a análise documental é uma relevante ferramenta para a abordagem de dados qualitativos, pois pode ampliar as informações adquiridas por meio de outras técnicas e revelar aspectos inéditos de um determinado tema ou problema.

As reflexões sobre as práticas cidadãs na EJA teve como ponto de referência a Escola Cidadã Integral Professor Antônio Gomes, localizada no bairro do Mario Andreazza, na cidade de Bayeux que está situada na região metropolitana de João Pessoa a qual atende no horário noturno, cerca de 190 estudantes com matrículas ativas no ano de 2024 que fazem parte do ensino médio regular e da educação de jovens e adultos referentes ao ciclo III, IV, V e VI contando com o quadro de professores reduzidos.

Portanto, tivemos a ECIT Antônio Gomes como local para análise, pois no momento atual era a única escola nas imediações que ofertava a modalidade da educação de jovens e adultos, uma vez que a escola situada nas proximidades e que oferta EJA abarcando o ciclo de alfabetização, estava passando por ajustes na estrutura física como também nos tramites de organizar o quadro de professores, sendo assim, ficando impossibilitada de contribuir com a pesquisa.

Destacado por Gil (2008, p. 156) "a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto pela investigação."

A partir disso, após ao acesso aos documentos e observações nas práticas educacionais a análise da pesquisa acontecerá na descrição e reflexão da estruturação do ensino, por meio das práticas educativas em respeito aos direitos humanos e propagação da formação cidadã.

Podemos perceber que a estrutura escolar para a educação de jovens e adultos não acontece de forma linear, tendo uma desorganização por parte da gestão que com frequência cancela o dia letivo e não busca organização quanto aos documentos referentes ao ano letivo. Além disso, a mesma não possui formalidade documental quanto aos registros dos alunos, se houveram buscas por alunos para compor o ensino e aumentar o número de alunos como também os registros estruturados sobre o projeto político pedagógico da escola.

Por fim, a organização das aulas acontece tendo como base a matriz de referência curricular da EJA, estruturada pelo município de Bayeux que trata de eixos que norteiam o planejamento das aulas pois por meio dele o professor consegue atingir os conteúdos necessários para os ciclos que atende, além disso a matriz também conta com sugestões metodológicas que pode ser seguida ou não pelo professor, levando em consideração seu grupo de aluno.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade, refletindo sobre a obras freirianas, observações no ambiente escolar como também a estrutura organizacional da EJA consideramos que os altos índices de reprovação no ambiente escolar como também na falta de estrutura pedagógica para a estruturação das aulas na ECIT Antônio Gomes têm contribuição dos gestores da escola, uma vez que não buscam estruturar de modo responsável a oferta do ensino para jovens e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil vem sendo efetivada como modalidade regular de ensino após anos de lutas e mobilizações no âmbito político e educacional, para que os jovens e idosos trabalhadores possam ter acesso a uma educação digna, afim de promover liberdade das ideias, reconhecimento de mundo como também o pertencimento enquanto cidadão.

Além disso, se tornando independente, significando atividades do cotidiano, a exemplo de manusear caixa eletrônico, escolher o ônibus para embarque e manusear dinheiro entre outros, para que sejam protagonistas da sua vivência social.

Nesse sentido, percebeu-se que a práticas educativas na cidade de Bayeux visa promover teoricamente para além do domínio da leitura e da escrita, promovendo práticas libertadoras pois nos projetos articulados e nas práticas pedagógicas os professores sempre A pesquisa tem por objetivo desenvolver a reflexão teórica, a observação em sala de aula, e análise do cotidiano escolar com seus diversos agentes educacionais. De cunho qualitativo, bibliográfico e utilizando a pesquisa de campo como ações metodológicas para embasamento da pesquisa. busca proporcionar aos alunos relação entre os eixos temáticos as vivências sociais desmistificando paradigmas existente sobre os professores da EJA e as práticas educativos.

Por fim, através das reflexões acerca da Educação de Jovens e Adultos na ECIT Antonio Gomes em conjunto com as propostas educacionais do autor base da pesquisa, Paulo Freire podemos expressar que as práticas na EJA acontece devido a uma soma de fatores que promoverá um ensino de qualidade, através das práticas educacionais que contemple as aprendizagens necessárias para melhor desenvolvimento humano, contando com professores capacitados para trabalhar com o público alvo específico e contribuições para ampliar direitos civis, políticos e sociais relacionados ao domínio da leitura e escrita.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição Federal 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil em 1988**. Brasília, DF . Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em : 09 fev. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular.

COELHO, G. **PAULO FREIRE E O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR**. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<<http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/pfreiregermano.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2024

Comunicação. PAULO FREIRE - 40 HORAS NA MEMÓRIA. Disponível em:

<<https://assecom.ufersa.edu.br/40-horas-na-memoria/>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Documentário Projeto AJA - Alfabetização de Jovens e Adultos. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=vKJE-UqPncU>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste | Agência IBGE de Notícias, 2022. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entreidosos-pretos-e-pardos-e-nordeste#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20das>>. Acesso em: 13 setembro de 2023.

FREIRE, Paulo, **Ação cultural para a liberdade e outros e outros escritos**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários para a prática educativa**. 25ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001

Gadotti. M. Romão. J.E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 12ª ed, São Paulo: Cortez, 2011.

GERMANO, J. W. As quarenta horas de Angicos. **Educação & Sociedade**, v. 18, n. 59, p. 391–395, ago. 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HADDAD, S.; DI PIERRO ANA C. **Escolarização de jovens e adultos Organização não-governamental Ação Educativa**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. De 2023.

INTERESSADO, M.; ROBERTO, C.; CURY, J. **PARECER CNE/CEB 11/2000 HOMOLOGADO Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso 23 nov. 2023.

LÜDKE, Menga; André, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LYRA, Carlos. As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação. Cortez Editora, São Paulo, 1996
N.M.M Isabel. Faculdade de Educação – UNICAMP. **O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889)**. Império - (1822 - 1889). Períodos. História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html. Acesso 23 de nov. 2023.

Rameh, Letícia. **Movimento de cultura popular: impactos na sociedade pernambucana**. Recife: Liceu, 2009.

TOGNI, A. C. Carvalho, M. J. S. **Educação de Adultos**. Escola noturna de ensino médio no Brasil. Revista Ibero Americana. 2007 . Número 44. Maio/Agosto de 2007 . Disponível em: <https://rieoei.org/historico/documentos/rie44a04.htm> Acesso em: 12 nov. 2023.

Santos, Elzanir. Varella, V. F. **Formação e prática docente: estudos e proposições**. UFPB, CCTA. João Pessoa, 2020.

SOUSA, A.S.DE; OLIVEIRA,G.S. DE; ALVES, L.H. **A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS**. Cadernos da FUCAMP,v.20, n.43, 8 mar.2021.